

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Corretora apresentou um lucro líquido de R\$ 53.710 (2018 - R\$ 11.145), correspondente a R\$ 9,74 (2018 - R\$ 2,02) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 9,40% (2018 - 2,04%). Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Baseleia do Conglomerado Prudencial era de 17,14% (2018 - 15,85%).

Balancos Patrimoniais
31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		816.606	399.999
Disponibilidades	4	114	182
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 & 5	386.000	5.001
Aplicações em operações compromissadas		386.000	5.001
Títulos e valores mobiliários	6	197.569	204.835
Carteira própria		-	7.520
Vinculados à prestação de garantias		197.569	197.315
Outros créditos		232.923	189.945
Rendas a receber		9	17.717
Negociação e intermediação de valores		7	170.345
Créditos tributários		8	55.685
Diversos		9	6.884
Outros valores e bens		-	36
Despesas antecipadas		-	36
Não circulante		249.375	426.360
Ativo realizável a longo prazo		247.095	423.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	108.733	305.875
Aplicações em depósitos interfinanceiros		108.733	305.875
Títulos e valores mobiliários	6	37.946	35.823
Carteira própria		3.780	3.567
Vinculados à prestação de garantias		34.166	32.256
Outros créditos		100.416	82.202
Rendas a receber		16.720	-
Créditos tributários		8	5.031
Diversos		9	78.665
Permanente		2.280	2.460
Investimentos	10	15	15
Outros investimentos		15	15
Imobilizado de uso	11	285	631
Outras imobilizações de uso		5.907	8.508
(Depreciações acumuladas)		(5.622)	(7.877)
Intangível	12	1.980	1.814
Ativos intangíveis		2.562	2.157
(Amortizações acumuladas)		(582)	(343)
Total do ativo		1.065.981	826.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2019 a Corretora não distribuiu dividendos (2018 - R\$ 21.793).

Em novembro de 2019 ocorreu a incorporação da Citigroup Global Markets Assessoria Ltda. (CGMA) na Corretora, cuja deliberação ainda está em fase de homologação pelo Banco Central (BACEN). A Corretora teve um aumento de capital de R\$ 130.599. Como consequência da incorporação a CGMA será extinta.

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		332.058	275.153
Outras obrigações		332.058	275.153
Sociais e estatutárias		13.201	32.767
Fiscais e previdenciárias		13	21.604
Negociação e intermediação de valores		7	171.091
Diversas		14	126.162
Não circulante		18.534	21.779
Outras obrigações		18.534	21.779
Fiscais e previdenciárias		13	752
Diversas		14	17.782
Patrimônio líquido	16	715.389	529.427
Capital social - de domiciliados no exterior		405.585	274.986
Reserva de lucros		309.768	256.058
Ajustes de avaliação patrimonial		36	(1.617)
Total do passivo		1.065.981	826.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2017		274.986	-	22.676	244.030	(2.579)	-	539.113
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos	16.e	-	-	-	-	1.023	-	1.023
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	(61)	-	(61)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	11.145	11.145
Destinações:								
Reservas	16.b e c	-	-	557	10.588	-	(11.145)	-
Dividendos	16.d	-	-	-	(21.793)	-	-	(21.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		274.986	-	23.233	232.825	(1.617)	-	529.427
Aumento de capital (Incorporação)		-	130.599	-	-	-	-	130.599
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos	16.e	-	-	-	-	1.146	-	1.146
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	507	-	507
Lucro líquido		-	-	-	-	-	53.710	53.710
Destinações:								
Reservas		-	-	2.686	51.024	-	(53.710)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		274.986	130.599	25.919	283.849	36	-	715.389
Saldos em 30 de junho de 2019		274.986	-	24.118	232.825	(1.045)	16.811	547.695
Aumento de capital (Incorporação)	16.a	-	130.599	-	-	-	-	130.599
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos	16.e	-	-	-	-	552	-	552
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	16.e	-	-	-	-	529	-	529
Lucro líquido		-	-	-	-	-	36.014	36.014
Destinações:								
Reservas	16.b e c	-	-	1.801	51.024	-	(52.825)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		274.986	130.599	25.919	283.849	36	-	715.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

Em novembro de 2019 ocorreu a incorporação da Citigroup Global Markets Assessoria Ltda. (CGMA) na Corretora com versão total do patrimônio líquido com aumento de capital de R\$ 130.599. Como consequência da incorporação a CGMA será extinta, apresentamos os valores incorporados em 29 de novembro de 2019:

	29/11/2019
Ativo	169.281
Circulante e realizável a longo prazo	169.222
Outros créditos	59
Outros valores e bens	-
Total do ativo	169.281
Passivo	38.682
Circulante e exigível a longo prazo	38.682
Outras obrigações	130.599
Patrimônio líquido	169.281
Total do passivo	169.281

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil - Bacen, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 24 de março de 2020.

3 Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa, referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

e) Outros créditos

i. Rendas a receber

O Grupo Citibank é um Conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender às necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citibank realizam acordos de prestação de serviços intragrupo de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupo são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

ii. Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

f) Permanente

i. Investimentos

São representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados passaram a ser reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo.

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1ª de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3i.

g) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado, voluntária ou involuntariamente, conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Corretora espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas mensalmente considerando a média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses, acrescidas dos juros desde a data de ajustamento/citação.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajustamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração o percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância, adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito à incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira e forma de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes tem sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e são provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada como perda provável.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações cíveis, fiscais e previdenciárias e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre), a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada a 20% até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019 de acordo com o artigo 3º, Inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação.

Com a incorporação, a Corretora passou a ter, também, como objetivo a prestação de serviços de assessoria econômico-financeira em geral e em operações de aquisições e reestruturação de empresas e de compra e venda de ativos, bem como a prestação de serviços de consultoria em geral, sendo vedada a prática de operações privativas das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 24 de março de 2020
A Diretoria

Demonstrações dos Resultados
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre		Exercícios
		2019		

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

7 Negociação e intermediação de valores

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	51.954	-	-	37.267
Comissões e corretagens a pagar	118.391	149	-	-
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes	-	170.942	114.234	78.311
Total	170.345	171.091	114.234	115.578

8 Créditos tributários

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2018			Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2019
	Constituição	Realização	Incorporação				
Provisão para bônus e gratificação periódica	11.840	16.732	(12.681)	-	-	-	15.891
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	6.166	672	(182)	656	7.312	-	7.312
Provisão para outros pagamentos	14.504	17.004	(25.128)	8.364	14.744	-	14.744
Prejuízo fiscal	-	2.576	(2.576)	-	-	-	-
Total	32.510	36.984	(40.567)	9.020	37.947	-	37.947

	Saldo em 31/12/2017			Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018
	Constituição	Realização	Incorporação				
Provisão para bônus e gratificação periódica	14.744	10.301	(13.205)	-	-	-	11.840
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	5.794	645	(273)	656	7.312	-	6.166
Provisão para outros pagamentos	5.602	17.200	(8.298)	8.364	14.504	-	14.504
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	138	(138)	-	-	-	-
Total	26.140	28.284	(21.914)	9.020	37.947	-	32.510

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2018			Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2019
	Constituição	Realização	Incorporação				
Provisão para bônus e gratificação periódica	8.536	10.040	(9.040)	-	-	-	9.536
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	3.699	403	(109)	393	4.386	-	4.386
Provisão para outros pagamentos	7.272	11.634	(15.078)	5.019	8.847	-	8.847
Prejuízo fiscal	-	1.545	(1.545)	-	-	-	-
Total	19.507	23.622	(25.772)	5.412	22.769	-	22.769

	Saldo em 31/12/2017			Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018
	Constituição	Realização	Incorporação				
Provisão para bônus e gratificação periódica	10.278	6.181	(7.923)	-	-	-	8.536
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	4.028	585	(914)	393	4.386	-	3.699
Provisão para outros pagamentos	3.638	10.355	(6.721)	5.019	8.847	-	7.272
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	83	(83)	-	-	-	-
Total	17.944	17.204	(15.641)	5.412	22.769	-	19.507

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2019			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	15.891	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	4.167	1.682	1.389	74
Provisão para outros pagamentos	14.744	-	-	-
Total	34.802	1.682	1.389	74

	2018			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	11.840	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	4.008	1.048	1.048	62
Provisão para outros pagamentos	6.962	6.962	580	62
Total	22.810	8.010	1.628	62

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2019			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	9.536	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	2.500	1.009	833	44
Provisão para outros pagamentos	8.847	-	-	-
Total	20.883	1.009	833	44

	2018			
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	8.536	-	-	-
Provisão para contingências fiscais, civis e trabalhistas	2.405	629	629	36
Provisão para outros pagamentos	3.490	3.490	292	36
Total	14.431	4.119	921	36

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 57.679 (2019 - R\$ 47.650) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não há créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

9 Outros créditos - Diversos

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores por depósitos em garantia	181	57.468	-	52.255
Impostos e contribuições a compensar	4.622	16.803	208	-
Adiantamentos e antecipações	1.970	-	609	-
Outros credores diversos	111	4.394	19.936	15.171
Total	6.884	78.665	20.753	67.426

10 Investimentos

O saldo de outros investimentos é composto por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2018 - R\$ 15).

11 Imobilizado de uso

	2019		2018	
	Custo	Depreciação acumulada residual	Custo	Depreciação acumulada residual
Imobilizações em curso	49	-	49	-
Instalações	1.819	(1.628)	191	(1.347)
Móveis e equipamentos de uso	764	(747)	17	(608)
Sistemas de comunicação	2.161	(2.154)	7	(2.586)
Sistemas de processamento de dados	1.112	(1.091)	21	(3.146)
Sistemas de segurança	2	(2)	-	(2)
Sistemas de transporte	-	-	188	(188)
Total	5.907	(5.622)	285	(7.877)

12 Intangível

	2019		2018	
	Custo	Amortização acumulada residual	Custo	Amortização acumulada residual
Desenvolvimento de software	2.562	(582)	1.980	(2.157)
Total	2.562	(582)	1.980	(343)

13 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	13.840	-	13.800	-
Impostos e contribuições a recolher	6.823	20	5.672	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	941	732	398	513
Total	21.604	752	19.870	513

(1) Provisão para impostos diferidos refere-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e títulos disponíveis para venda.

14 Outras obrigações - Diversas

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências (nota 15)	16.853	12.174	16.151	8.297
Provisão para outros passivos contingentes	15.747	-	15.312	-
Provisão para pagamentos a efetuar	86.136	5.608	68.118	12.969
Diversas	7.426	-	7.357	-
Total	126.162	17.782	106.938	21.266

15 Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para riscos fiscais	16.326	1.322	15.862	307
Provisão para contingências - Trabalhistas	527	10.852	289	7.990
Total	16.853	12.174	16.151	8.297

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, composta basicamente pelo seguinte caso:

• **Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 13.529 (2018 - R\$ 13.179):** trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

Contingências classificadas com risco de perda possível:

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 83.088 (2018 - R\$ 79.858) e civis no montante de R\$ 3.065 (2018 - R\$ 4.223), apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 24 contingências fiscais e 6 processos civis. Restam, ainda, 6 processos civis tidos como instáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente, pelos seguintes casos:

• **Desmutualização - BM&F e Bovespa - R\$ 46.488 (2018 - R\$ 44.519):** trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

• **PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 16.874 (2018 - R\$ 16.359):** trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.

• **ISS Corretagem - R\$ 5.412 (2018 - R\$ 5.393):** trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de embargos a execução.

A Corretora optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 7,5% e saldo remanescente liquidado integralmente em janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutam despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de saldo negativo

efetuadas pela Corretora. Para tanto, em 2017 houve constituição de provisão no montante de R\$ 125 e utilização de R\$ 17. Aguarda-se homologação da Anistia que reduzirá as contingências em R\$ 220.

• **Ação Revisional c/c Indenização - R\$ 908 (2018 - R\$ 829):** trata-se de ação revisional cumulada com pedido de indenização decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso.

• **Ação Indenizatória - R\$ 577 (2018 - R\$ 526):** trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso.

• **Ação Indenizatória - R\$ 507 (2018 - R\$ 462):** trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta não autorização para realização de operações financeiras. Sentença improcedente. Processo em fase de recurso.

• **Ação Indenizatória - R\$ 503 (2018 - R\$ 459):** trata-se de ação indenizatória decorrente da suposta liquidação antecipada de posições não autorizada. Processo em fase de discussão de exceção de incompetência.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2018				Reversão	Utilização	Atualização	Incorporação	Saldo em 31/12/2019
	Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018					
Trabalhistas	8.279	1.680	(655)	(74)	74	2.075	91	11.379	
Fiscais	16.169	439	-	-	494	546	-	17.648	
Total	24.448	2.119	(655)	(74)	568	2.621	2.075	29.027	

	Saldo em 31/12/2017				Reversão	Utilização	Atualização	Incorporação	Saldo em 31/12/2018
	Constituição	Realização	Incorporação	Saldo em 31/12/2017					
Trabalhistas	7.794	1.272	(520)	(398)	398	131	-	8.279	
Fiscais	15.370	298	-	-	501	501	-	16.169	
Total	23.164	1.570	(520)	(398)	900	632	-	24.448	

16 Patrimônio líquido

a) Capital Social
O capital social é representado por 5.514.085.340 ações ordinárias (2018 - 5.514.085.340), nominativas e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 29 de novembro de 2019, foi deliberada a incorporação da CGMA que está em fase de homologação pelo Bacen. A Corretora teve um aumento de capital de R\$ 130.599. A CGMA será extinta e serão canceladas as 1.222.400 quotas representativas do seu capital social e 2.731.191.596 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Sociedade e foram atribuídas à Citigroup Financial Products Inc. em substituição às mencionadas quotas de que era titular na sociedade incorporada.

b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi constituída reserva legal de R\$ 2.686 (2018 - R\$ 557).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos que tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social da Corretora; e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da Corretora, estando limitada a 10% do seu capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi constituída reserva estatutária de R\$ 51.024 (2018 - R\$ 10.588), sendo, R\$ 45.922 (2018 - R\$ 9.529) para equalização de dividendos e R\$ 5.102 (2018 - R\$ 1.059) para reforço de capital de giro.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)
Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.
Em AGE realizada em dezembro de 2018 foi aprovado a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.000, os quais foram pagos em janeiro de 2019 (2017 - R\$ 8.207, pagos em 1º de fevereiro de 2018). Este valor foi debitado da conta de Reserva para Equalização de Dividendos.
Em 1º de fevereiro de 2018 foram deliberados e pagos dividendos no montante de R\$ 1.793.

e) Ajuste de avaliação patrimonial
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda de R\$ 1.147 (2018 - R\$ 1.023) e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica de R\$ 505 (2018 - R\$ 611).

17 Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

—☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

25.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional e de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

Primeira Linha de Defesa - Negócio: O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico: Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de autoavaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.  São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) segregação das carteiras entre "banking" e "trading"; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

25.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 2014, nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB - Sistema de Autorregulação Bancária nº 14, da FEBRABAN, de 28 de agosto de 2014, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de Risco Socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de Risco Socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

25.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

26. Eventos subsequentes

No Relatório anual do Citigroup (10-K), foi divulgado que em janeiro de 2020 a epidemia de coronavírus, iniciada na China, que atingiu diversos outros países, resultando em várias incertezas, incluindo o potencial impacto nas economias asiática e global, no comércio, no varejo e em clientes corporativos.

Contadora Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/O-0

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-0

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8